

Ata n.º 16/2024

Reunião de Câmara realizada no dia 15 de julho de 2024

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. Às dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia-----

Após o período de inscrições tomou a palavra o **Senhor Vereador Víctor Carvalho** que disse querer abordar dois ou três assuntos, uns “em *jeito de nova sugestão*” e outros a título de informações e outros pontos de situação. Referiu o Senhor Vereador que, na sequência da última reunião extraordinária e do assunto votado, “em que discutimos rumos para o nosso concelho”, o que disse poder conduzir a “alguma espécie de especulação” na Lousã, se tornava cada vez mais imperativo que se olhasse para a Quinta da Avenida do Brasil com algum cuidado, no sentido de a Câmara tentar adquirir aquele imóvel, para que ficasse à disposição da utilização do município e de todos os lousanenses porque disse que o local poderá transformar-se num polo central da Lousã, para lazer dos munícipes. Nesse sentido e à semelhança do que afirmou ter feito todos os anos em sede de propostas para o orçamento, voltava a reforçar esta vontade que disse não ser “um capricho”, mas sim constituir uma mais-valia, dada a sua centralidade, para que o imóvel ficasse na posse do município. Assim, concluiu o assunto, dizendo que gostaria que o Senhor Presidente olhasse para a sua proposta com a atenção que a mesma merecia. Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Vereador questionou sobre os estacionamento para as principais zonas comerciais do concelho, que já tinha saído uma notícia que informava que a Câmara estaria a preparar-se para intervir nessas

zonas, pelo que gostaria que lhe fosse dada a informação sobre a localização exata dos locais onde se pretende melhorar a situação dos estacionamento. Voltando ainda à Avenida do Brasil, o Senhor Vereador disse já ter solicitado em reunião, por diversas vezes, o levantamento daquela rua, no sentido de *“ponderarmos um ligeiro alargamento da via”*, o que permitirá mais segurança para quem a utiliza, nomeadamente, moradores, a quem disse que a via não oferecia total segurança, atendendo ao volume de tráfego. O Senhor Vereador continuou a sua intervenção questionando sobre a opção gestonária, aprovada em sede de reunião do executivo, perguntando qual o ponto de situação desse instrumento e quantos funcionários já tinham beneficiado da medida e se tinham existido pedidos extraordinários em relação ao montante disponível em orçamento. -----

O **Senhor Vereador João Santos** tomou a palavra para dar nota de alguns eventos e iniciativas *“em que estivemos envolvidos nas últimas semanas”*, nomeadamente, o *Summercup*, evento organizado pelo Lousã Volley Clube, no qual estiveram envolvidos oito concelhos e que contou com a participação de três mil atletas e duzentas equipas. Disse ter sido mais um momento forte na promoção do desporto e *“um excelente trabalho do Lousã Volley Clube, reconhecido por todos os participantes e por todos os dirigentes que tiveram contacto connosco”*. Seguidamente o Senhor Vereador disse querer dar nota ao executivo que, no passado dia onze de julho, em Loures, o município tinha, mais uma vez, recebido o galardão de Município Amigo da Juventude relativo ao ano dois mil e vinte e quatro. O Senhor Vereador afirmou tratar-se de uma renovação do galardão, processo no qual foram avaliados vários parâmetros e que a Lousã está na categoria máxima, *“cinco estrelas”*, entre mais de duzentos municípios que estavam na categoria, o que afirmou ser significativo. Disse ainda terem sido destacados alguns projetos municipais como os estágios *“Experimenta+”*, o Conselho Municipal da Juventude, plano de investimentos que são feitos e constam do orçamento especificamente dirigidos à juventude e cuja análise conduziu a que o galardão fosse renovado. Em seguida o Senhor Vereador informou que se tinha iniciado a terceira semana do projeto *“Férias Ativas”*, com cem jovens inscritos, sendo a terceira semana consecutiva que tinham esse número e que o projeto decorreria até dezasseis de agosto, estando as próximas semanas já com lotação próxima das cem de inscrições.

Referiu ainda o Senhor Vereador que as atividades têm sido variadas, que estava a ser procurado, o contacto dos jovens com o associativismo local e que o próprio associativismo local, desde a cultura ao desporto, possa ter contacto com os jovens e mostre o seu trabalho, de forma a poder captar alguns atletas ou praticantes, tendo ainda lugar, semanalmente, uma atividade "*importante, na nossa ótica*", nomeadamente um encontro intergeracional, onde os próprios seniores, elementos do programa "Lousã Mexer+" tinham contacto mais direto com os jovens. Por fim, o Senhor Vereador referiu ainda a entrada em funcionamento no próprio dia, da segunda quinzena dos estágios "Experimenta+", uma medida que disse ser também dedicada à juventude e que teria um total de sessenta e seis jovens envolvidos até nove de agosto, os quais, durante as quinzenas, estarão em contacto direto com os serviços da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, tendo o primeiro contacto com o mundo do trabalho, dando um pouco de si a troco de um valor pecuniário e de algumas entradas para as piscinas municipais. -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** questionou o Senhor Presidente sobre a notícia que disse ter vindo a público sobre as novas instalações do Centro de Saúde e se as valências que iria contemplar seriam efetivamente de consultas aos utentes e enfermagem ou se seria apenas um edifício para serviços, para melhorar o funcionamento de outras valências. Disse ainda a Senhora Vereadora querer deixar uma nota relativa à Unidade Trevim Sol, a qual afirmou continuar com graves constrangimentos, tendo, no momento e já há algum tempo, só uma enfermeira ao serviço e cujo funcionamento estava bastante complicado, criando dificuldades às pessoas que querem aceder aos serviços dessa unidade. A Senhora Vereadora questionou ainda sobre a moção apresentada sobre a concessão do dia de aniversário aos trabalhadores, porque disse não terem tido qualquer resposta, pelo que solicitava saber se efetivamente já tinha sido dado conhecimento dessa moção aos trabalhadores, conforme ficou prescrito na referida moção votada favoravelmente. -----

O **Senhor Vereador João Santos** retomou a palavra para dar um esclarecimento relativo à questão dos estacionamento, assunto sobre o qual afirmou serem estacionamento de curta duração, de acesso rápido a serviços e de cargas e descargas e que, no momento, estava tudo preparado para ser decidido nas próximas

semanas, estando previsto, na primeira fase, dois lugares na Avenida São Silvestre, dois lugares na Rua Dr. Henrique de Figueiredo, dois lugares na Avenida Dr. José Maria Cardoso, na Rua dos Combatentes da Grande Guerra um lugar, na Avenida do Brasil dois lugares e na Rua General Humberto Delgado, também dois lugares. --

O **Senhor Presidente** tomou a palavra para esclarecer “*algumas das questões que foram suscitadas*”, começando por referir a questão da aquisição do imóvel na Avenida do Brasil, assunto sobre o que afirmou ser uma situação que teria de ser ponderada em função de um conjunto de questões e dos meios e valores inerentes à mesma e às possibilidades em consequência da aquisição. Sobre o levantamento topográfico da Avenida do Brasil disse ir diligenciar no sentido dos serviços poderem disponibilizar o mesmo, mas que, desde já, afirmava que o alargamento da via não era a medida mais adequada no sentido de proporcionar segurança aos diferentes utilizadores da via, quer rodoviários, quer ao nível de segurança do estacionamento, quer ao nível de outros usos da própria via, porque o que se verificava é que o alargamento da via fomenta, normalmente, maior insegurança, desde logo, pela maior velocidade potenciada. Quanto à opção gestionária, o Senhor Presidente informou que teria de verificar com os serviços e, sobre a moção de concessão do dia de aniversário, iria também fazer essa verificação, apesar de ter a ideia que não tinha sido feita a divulgação. Seguidamente o Senhor Presidente disse também querer assinalar os eventos referidos, começando por mencionar o SummerCup sobre o que afirmou que era hoje “*um evento que a partir da Lousã, já não é só multimunicipal, é multiregional*”, que, “*para além dos oito concelhos, envolve duas regiões, a região de Coimbra e a região de Leiria*” e ser um evento que tem projeção a nível europeu e bastante importante a vários níveis e que “*projeta o nome da Lousã de forma bastante significativa.*” De seguida o Senhor Presidente fez referência ao galardão Município Amigo da Juventude, “*por aquilo que representa em termos de atividades, de projetos, de práticas relativamente a este segmento da população e que está expresso nalguns exemplos práticos de programas que estão, neste momento, a decorrer*”. Relativamente ao segundo edifício do Centro de Saúde, o Senhor Presidente disse ser o edifício que sempre tinha estado previsto e que no terreno estava reservado um espaço para o mesmo, tendo diversos objetivos. Que o primeiro desses objetivos era ampliar a capacidade

física das unidades que já lá estavam e que contemplava gabinetes médicos e de enfermagem, de cuidados de saúde à população, com contacto direto e valências diretas de apoio à população, reforçando e melhorando as condições das unidades que já ali prestam serviços. Para além da unidade de cuidados de saúde de proximidade e da unidade de saúde familiar, a unidade de saúde pública, previa-se também a incorporação da unidade de cuidados à Comunidade naquele edifício. Para além dos objetivos referidos, o Senhor Presidente disse que o edifício permitiria o alargamento dos serviços a outras especialidades, salientando ser “*o que se perspetiva e se deseja*”. Relativamente aos constrangimentos, o Senhor Presidente disse que eles eram conhecidos na Unidade de Cuidados de Saúde de Proximidade Trevim Sol e que, se existisse apenas um ou uma enfermeira de serviço, seria em virtude de período de férias porque, “*apesar de ser insuficiente*”, a informação de que dispunha era de que estariam três/quatro enfermeiras ao serviço. O Senhor Presidente referiu ainda que tinha informação de que, “*apesar de não ser estrutural*”, estava destacada uma enfermeira de outro serviço para fazer algum reforço, a tempo parcial, na Equipa de Enfermagem da Unidade de Cuidados de Saúde Trevim Sol, concluindo ser um facto que, no que diz respeito aos recursos humanos, médicos, tinha havido uma diminuição da dificuldade, mas que no que dizia respeito ao setor de enfermagem havia maior debilidade a qual, no período de férias, podia ter maior significado. O Senhor Presidente acrescentou que alertado apelado à ULS, no sentido de estabilizar ou resolver a situação, que após os apelos, os serviços médicos foram melhorados mas, no que respeita à enfermagem, tal não tinha acontecido na medida do que seria necessário, que tinha havido o já mencionado destacamento de uma enfermeira de outro concelho que dava apoio, mas que ainda era insuficiente para a necessidade, continuando a Câmara Municipal a apelar à resolução da situação dos recursos humanos na Unidade Trevim Sol e esperar que os concursos a decorrer pudessem ser importantes para o efeito. Especificamente no que diz respeito ao setor de enfermagem, o Senhor Presidente afirmou existirem situações de baixa médica prolongadas que agravaram a situação da prestação de cuidados de saúde à população. O Senhor Presidente finalizou a intervenção sobre o tema, dizendo não ser uma situação simples, mas que esperava que pudesse ser

melhorada em breve, para que a população fosse atendida, como necessitava e merecia. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** retomou a palavra para alertar que, relativamente à estrada variante a Foz de Arouce, para além da marcação, o que tinha notado, nos últimos dias, era que a vegetação também concorria para o agravamento da insegurança na via. Disse que deixava esta consideração apesar de *“não estar nas nossas mãos”*, referindo ser necessário insistir junto da Infraestruturas de Portugal. -----

O **Senhor Presidente** salientou que a insistência permanente e semanalmente junto da Infraestruturas de Portugal, a qual era ainda feita através de contactos pessoais. Referiu que *“não é por falta de insistência”* e ter estado pessoalmente com o responsável pela Direção Regional da IP no final de junho, em Coimbra, onde voltou a apelar, mas não haver nenhuma perspetiva de antecipação do prazo indicado pela entidade. O Senhor Presidente afirmou que *“as limpezas é uma dificuldade adicional para a IP, para as Câmaras, para as Juntas”*, uma vez que as condições climatéricas propiciavam o crescimento rápido da vegetação, não havendo meios suficientes para conseguir, com a regularidade necessária, executar as limpezas a que as entidades estavam obrigadas. -----

Concretamente em relação aos contactos com a Infraestruturas de Portugal, o **Senhor Vereador João Santos** informou que, na semana anterior, tinha sido enviado um email e feito um contacto telefónico relativamente à questão da sinalização horizontal e que, para além da informação obtida não ter sido animadora, relativamente às limpezas, foi-lhe indicado que estaria prevista uma intervenção na EN342, possivelmente, no início do mês de agosto e que não sabia se iriam também executar as faixas de gestão de combustível na EN236 nesse momento. Disse ainda o Senhor Vereador que a intervenção que se perspetivava era um “reforço”, fruto da pressão que a Câmara está a fazer e da questão referida pelo Senhor Presidente, de crescimento imediato da vegetação. -----

O **Senhor Presidente** referiu ainda que *“não diminuindo a necessidade da intervenção”*, da entidade Infraestruturas de Portugal era transmitida a informação da existência de outras situações mais graves. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 1 de julho de 2024. -----

Colocada à votação de todos os membros do Executivo municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de Câmara realizada em um de julho de dois mil e vinte e quatro. Não participou na votação o Senhor Vereador Victor Carvalho, por não ter estado presente. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à “Farmácia Fonseca, Silva & Grade, Lda.”, pela celebração de 200 anos de atividade. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar e subscrever a proposta de atribuição de um voto de reconhecimento à “Farmácia Fonseca, Silva & Grade, Lda.”, pela celebração de duzentos anos de atividade. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 1 (um)).

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento à “Sapataria Tupele”, pela celebração de 30 anos de atividade.

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar e subscrever a proposta de atribuição de um voto de reconhecimento à “Sapataria Tupele”, pela celebração de trinta anos de atividade. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 2 (dois)). -----

2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a isenção de taxas da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da licença especial de ruído e cedência do Parque Municipal de Exposições, à entidade Lousã Volley Clube, no âmbito da realização do Torneio XXIII Summer Cup 2024. -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** questionou se, tendo em conta a data do evento, não deveriam estar a votar uma ratificação do ato. -----

O **Senhor Presidente** esclareceu que a situação não tinha sido objeto de despacho.

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** acrescentou que estavam em causa dois pedidos, a licença e o pagamento das taxas, que a licença pode ter sido atribuída, mas que não tinham sido liquidadas as taxas. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou a aprovação da isenção de taxa de licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, da licença especial de ruído e cedência do Parque Municipal de Exposições, à entidade Lousã Volley Clube, no âmbito da realização do Torneio XXIII Summer Cup 2024. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 3 (três)). -----

2.2.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a isenção da taxa da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado à entidade Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins, no âmbito da realização da Festa Anual em honra da N. Sra. da Graça. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou a aprovação da isenção do pagamento da taxa pela licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado à entidade Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Serpins, no âmbito da realização da Festa Anual em honra da N. Sra. da Graça. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 4 (quatro)). -----

2.2.5 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a isenção de taxas da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e da licença especial de ruído à entidade Junta de Freguesia das Gândaras, no âmbito da realização das Festas de Verão 2024. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou a aprovação da isenção do pagamento de taxa pela licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e pela licença especial de ruído à entidade Junta de Freguesia das Gândaras, no âmbito da realização das Festas de Verão 2024. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 5 (cinco)). -----

2.2.6 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao consumidor com o NIF 314707930. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade deliberou aprovar a proposta de atribuição de tarifa social relativa à prestação de serviços de abastecimento de água, de saneamento, de águas residuais e resíduos sólidos urbanos ao NIF 314707930. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 6 (seis)). -----

2.2.7 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a alteração da deliberação da Câmara Municipal de 27.11.2023 relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de 2024. -----

O **Senhor Vereador Vítor Carvalho** afirmou que a proposta estaria certamente relacionada com o processo de avaliação e o aumento da despesa gerada com a progressão salarial dos trabalhadores, mas questionou expressamente se seria apenas esta a situação. Também questionou sobre as reclamações apresentadas em sede de processo de avaliação de desempenho, qual o ponto de situação, se já estavam todas respondidas e se todo o processo do SIADAP, que estava muito atrasado, se apresentava concluído. Por fim, questionou como estava o processo de avaliação dos trabalhadores no biénio em curso. Após as questões o Senhor Vereador declarou que os Vereadores da coligação PPD/PSD-CDS/PP iriam votar favoravelmente a proposta e o reforço de verba. -----

O **Senhor Presidente** informou que a proposta era apenas uma alteração entre rúbricas com despesas de pessoal e que, quanto ao processo do anterior ciclo avaliativo, o mesmo estava encerrado. Sobre o processo de avaliação do biénio em curso disse não ter informação atualizada. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade deliberou aprovar a proposta de alteração da deliberação da Câmara Municipal de vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e três, relativa à orçamentação e gestão das despesas com pessoal para o ano de dois mil e vinte e quatro. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 7 (sete)). -----

2.2.8 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da Minuta do Contrato, nos termos do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã, a celebrar entre o Município da Lousã e a *Emblematic Challenge*, Lda. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade deliberou aprovar a proposta de Minuta do Contrato, nos termos do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã, a celebrar entre o Município da Lousã e a *Emblematic Challenge*, Lda. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 8 (oito)). -----

2.2.9 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a repartição de encargos plurianuais associados ao contrato de prestação de serviços “Aluguer operacional de viatura ligeira”. -----

A **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** disse que da proposta constava que se tratava de uma viatura ligeira, mas não informava o fim a que a mesma se destinava, nem que viatura estava em causa, nomeadamente, a marca, informações essas que disse entender pertinentes para a tomada de decisão. -----

O **Senhor Vereador Víctor Carvalho** questiona porque é que a Câmara optou por um aluguer operacional. -----

O **Senhor Presidente** esclareceu que a marca não podia ser indicada nos termos do disposto no Código da Contratação Pública, que apenas podem ficar mencionadas as características e a tipologia da viatura. Relativamente ao modelo ou forma de aquisição, o Senhor Presidente informou que era a forma que era permitida pelo Programa subjacente, tendo em consideração que a viatura se destinava ao domínio social, no âmbito da transferência de competências e que, no âmbito desse regime, a forma de aquisição permitida era o aluguer operacional. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade deliberou aprovar a proposta de repartição de encargos plurianuais associados ao contrato de prestação de serviços “Aluguer operacional de viatura ligeira”. Mais foi deliberado submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. A deliberação foi aprovada em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 9 (nove)). -----

2.3 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Vice-Presidente:

2.3.1 – O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação do Plano de Transportes Escolares, para o Ano Letivo 2024/2025. -----

O **Senhor Vereador Vítor Carvalho** disse que o plano tinha sido elaborado nos moldes do que vinha sendo a ser aprovado nos anos anteriores e que pretendia deixar um alerta especial para o transporte no âmbito no Plano Individual de Transição, que, no ano anterior, de acordo com a informação detida, não se tinha conseguido promover o serviço e que iriam estar “*com atenção redobrada este ano para não estar a prejudicar quem, já por si, é mais frágil.*”. -----

A **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** informou que o plano de transportes poderia sofrer alterações, de acordo com os horários estabelecidos no início do ano letivo, mas que o documento tinha de ter aprovação até ao final de julho e que tinha sido objeto de parecer positivo do Conselho Municipal de Educação, entidade que analisou todas as situações, nomeadamente, o acompanhamento do transporte de crianças nos transportes escolares. Relativamente à situação referida pelo Senhor Vereador Vítor Carvalho, afirmou a Senhora Vereadora ser também “*uma preocupação nossa*” e “*esperamos ter quem nos faça este serviço*”, acrescentando ter havido uma situação específica no ano anterior em que não houve nenhum agente que pudesse fazer esse transporte. Acrescentou ainda a Senhora Vereadora que estavam a tentar acautelar, com antecedência, essa situação porque reiterou ser uma grande preocupação, “*até pelas características do nosso município*”. A Senhora Vereadora disse ainda querer reforçar uma preocupação que ficou registada no Conselho Municipal de Educação e que seria evidenciada junto da tutela, consubstanciada no número de crianças com necessidades educativas especiais que existia no concelho e a dificuldade sentida nas respostas específicas, como o transporte, o prolongamento de horários, respostas às famílias, respostas especializadas, quase médicas e de enfermagem, pelo que salientou existirem cada vez mais dificuldades, apesar de toda a formação que é feita, e a aposta recursos que consigam dar estas respostas. Referiu ainda que, de acordo com as previsões, no próximo ano não haveria um aumento substantivo do número de crianças com necessidades educativas especiais, mas sim um agravamento substantivo das

situações que careciam de acompanhamento, salientando que, mais de cinquenta por cento das situações requeriam o acompanhamento de um para um, o que, em termos do rácio estabelecido legalmente, apesar de o município da Lousã já cumprir acima e das respostas especializadas, era um “*desafio enorme que temos pela frente e que tem sido levado recorrentemente à Associação Nacional de Municípios e à tutela*”.

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade deliberou aprovar a proposta de Plano Municipal de transportes escolares para o ano letivo 2024/2025. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 10 (dez)).-----

2.4 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador João Santos:-----

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento a Daniel Pombo, que se sagrou Campeão Nacional de Downhill, na Categoria Master 35 Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, que decorreu nos dias 22 e 23 de junho de 2024 em Arcos de Valdevez. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar e subscrever a proposta de atribuição de um voto de reconhecimento a Daniel Pombo, que se sagrou Campeão Nacional de Downhill, na Categoria Master 35 Masculino, no Campeonato Nacional de Downhill, organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, que decorreu nos dias 22 e 23 de junho de 2024 em Arcos de Valdevez. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 11 (onze)). -----

2.4.2 - O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a atribuição de um Voto de Reconhecimento a Ana Morais, que se sagrou Campeã Nacional no Triplo Salto e Salto em Comprimento, Vice-Campeã Nacional dos 300 metros e 80 metros Barreiras e Campeã Distrital dos 200 metros, 80 metros Barreiras, Triplo Salto e Salto em Comprimento, resultados obtidos nos Campeonatos Nacionais e Distritais de Pista ao Ar Livre, que tiveram lugar em Vila

Real de Santo António, nos dias 15 e 16 de junho de 2024 e no Estádio Cidade de Coimbra, nos dias 8 e 9 de junho de 2024, respetivamente. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar e subscrever a proposta de atribuição de um voto de reconhecimento a Ana Morais, que se sagrou Campeã Nacional no Triplo Salto e Salto em Comprimento, Vice-Campeã Nacional dos 300 metros e 80 metros Barreiras e Campeã Distrital dos 200 metros, 80 metros Barreiras, Triplo Salto e Salto em Comprimento, resultados obtidos nos Campeonatos Nacionais e Distritais de Pista ao Ar Livre, que tiveram lugar em Vila Real de Santo António, nos dias 15 e 16 de junho de 2024 e no Estádio Cidade de Coimbra, nos dias 8 e 9 de junho de 2024, respetivamente. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 12 (doze)). -----

2.4.3 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a apreciação e votação do Projeto de Regulamento de Funcionamento e Gestão das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Lousã. -----

A propósito das “*questões de género*” que afirmou ser uma questão “*sensível*”, atualmente, o **Senhor Vereador Alcindo Quaresma** questionou o disposto no artigo onze, alínea a), subalíneas i) e ii), que dispunham que nas piscinas municipais “*não é permitida a utilização dos vestiários, balneários ou sanitários destinados a um determinado género por pessoas de outro género*” e “*o disposto no número anterior não se aplica a utilizadores com idade igual ou menor de sete anos, quando acompanhados de pessoa que possa utilizar o balneário de acordo com o ponto anterior, nem é contrário ao direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*” . O Senhor Vereador disse que o conteúdo das normas regulamentares lhe parecia estar em contradição, pelo que, questionava a opinião sobre o assunto aos demais membros do órgão executivo, porque entendia que a redação do regulamento deve ser o mais correta possível. -----

O **Senhor Vereador João Santos** afirmou que a questão era sensível, que nos últimos anos já tinham experiência de questões relativas à transição de género, as quais tiveram de ser analisadas caso a caso, atendendo a condicionantes de idade, de maturação do processo e que a questão não era uma questão abstrata, mas algo que

estava a acontecer no concelho. Sobre o texto, afirmou que o mesmo também lhe oferecia dúvidas, e que, por isso, atendendo a que o município tinha uma Conselheira Municipal da Igualdade de Género, foi pedido a essa conselheira para ser a própria a escrever o texto. Não obstante tal facto, o Senhor Vereador disse que o texto podia ser melhorado e que *“temos trinta dias para o fazer.”* -----

O **Senhor Vereador Alcindo Quaresma** questionou ainda o conteúdo da subalínea iii) da alínea c) da mesma norma regulamentar, nos recomendava o uso de protetores solares durante a exposição ao sol na piscina descoberta, o que declarou *“ser óbvio”*, mas que depois diz *“antes de entrar no plano de água, o utente deverá tomar um duche prolongado e com sabonete”*, o que disse ser complicado de executar numa piscina. Por último, o Senhor Vereador fez ainda referência ao facto de, nas utilizações fora da escola, ser o funcionário que avaliava os equipamentos que as pessoas traziam, mas que nas atividades curriculares, essa responsabilidade era atribuída ao professor, o que podia conduzir a que situações de utilizações distintas, pela mesma pessoa e no mesmo equipamento, pudessem ser tratadas de maneira diferente. -----

O **Senhor Presidente** informou que, independentemente da aprovação da proposta, os Senhores Vereadores poderiam apresentar as suas sugestões de melhoria, por escrito. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Projeto de Regulamento de Funcionamento e Gestão das Instalações Desportivas Municipais do Concelho da Lousã. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 13 (treze)). -----

2.5 – Propostas do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes: -----

2.5.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a autorização para execução de trabalhos de instalação de rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, em propriedades do Município. -----

O **Senhor Vereador Vítor Carvalho** disse pretender obter alguns esclarecimentos sobre este tipo de procedimento, que de acordo com a sua perceção estariam apenas

a autorizar e que o serviço ficaria a cargo do ICNF sob a supervisão da Câmaras, não resultando do procedimento qualquer despesa para o município. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** informou existirem vários tipos e redes de faixas de gestão de combustível, sendo umas da responsabilidade do município e outras da responsabilidade dos privados, e que existia também uma rede nacional, chamada rede primária, em cumeadas e zonas estrategicamente fundamentais para parar grandes incêndios, da responsabilidade do Estado, através do ICNF. O Senhor Vereador esclareceu ainda que a entidade ICNF tinha realizado os concursos públicos números dez e onze e que a rede estava a ser executada “*nessas mesmas cumeadas*”, estando já a ser executada no concelho da Lousã, numa das partes junto ao Casal do Vaqueirinho e que iria atravessar propriedade da Câmara Municipal da Lousã, pelo que, a Câmara estava no processo na qualidade de proprietária. O Senhor Vereador acrescentou que, no âmbito da gestão das faixas de combustível eram constituídas servidões, isto é, o município não podia fazer nessas áreas outro tipo de gestão que não fosse a limpeza que o ICNF iria realizar todos os anos e a Câmara Municipal iria ser paga pela perda de rendimento. O Senhor Vereador informou ainda que todas estas obrigações estariam expressamente previstas no contrato, mas como os trabalhos estavam já em execução, o ICNF solicitou a presente autorização para iniciar os trabalhos de imediato, procedendo à contratualização mais à frente, com todos os proprietários.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal e por unanimidade, deliberou aprovar a autorização para execução de trabalhos de instalação de rede primária de Faixas de Gestão de Combustível, em propriedades do Município. Mais foi deliberado aprovar em minuta. Documento que se dá por integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas (Doc. n.º 14 (catorze)). -----

Todos os pontos foram aprovados em minuta. -----

Nada mais havendo a tratar, por volta das onze horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís

Miguel Correia Antunes, e por Carla Luísa da Cruz Mendo, na qualidade de Secretária.-----

Rel¹ O Presidente da Câmara Municipal,

secretária

A Secretária,

Carla Luísa da Cruz Mendo